



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DOS “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, no Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba, a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações, nomeada através do Ato n.º 1.059, de 26 de dezembro de 2018, do Senhor Presidente do SEMAE; composta pelos servidores Douglas Sarti Toledo, n.º funcional 2.038-3; Helen Takara n.º funcional 1.888-2, e Suzana Maria de Oliveira – n.º funcional 2.007-8, sob a presidência do primeiro; reuniu-se para sessão de julgamento dos “Documentos para Habilitação”, da Concorrência n.º 007/2018, processo 5069/2018, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA (UNILESTE - DOIS CÓRREGOS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E EM SEUS ANEXOS.** Iniciados os trabalhos, o presidente leu a ata da sessão de abertura dos envelopes de documentação, devidamente encartada nos autos. Após criteriosa análise dos documentos, guiando-se pelos preceitos da lei federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como pelo edital, a Comissão deliberou por **HABILITAR** as empresas: BMC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.; CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA CONCIVI LTDA.; CONSTRUTORA J.G. LTDA – ME; MARIA SANTA LOCAÇÃO E OBRAS LTDA.; SS SERVIÇOS DE PERFURAÇÕES DIRECIONAIS EIRELI – EPP; DHCON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; BASEPLAN CONSTRUTORA LTDA – EPP após diligência para constatar a regularidade da inscrição no cadastro de contribuinte estadual no sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ICMS, em atenção ao subitem 7.3.2 do instrumento convocatório; FRANSTERRA SANEAMENTO BASICO LTDA – ME e GRSP SANEAMENTO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME após diligências para constatar a regularidade das inscrições no cadastro de contribuinte municipal no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Indaiatuba e São José dos Campos em atenção ao subitem 7.3.2 do instrumento convocatório; e RUAL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, após realizar diligências para constatar a regularidade da inscrição no cadastro de contribuinte municipal no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de São Paulo quanto ao ramo de atividade, pois no FDC do CCM não consta a classificação nacional de atividade econômica, não obstante, com base na IN SF/SUREM n.º 8/2011 e no código de serviço de tributos n.º 1023 relacionado na FDC, descritos no subitem 7.02 da lista de serviços do artigo 1º da Lei 13.701/2003, além de outros, consta: “Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, elétrica ou outras obras semelhantes, e respectivos serviços auxiliares ou complementares, inclusive terraplenagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos que se agreguem ao imóvel”, para tanto, de forma suplementar corrobora as informações da inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas do ministério da



CONCORRÊNCIA N.º 007/2018

fazenda e no cadastro de contribuintes estadual; tendo em vista que todas atenderam aos requisitos necessários para habilitação, e, **INABILITAR** a empresa HT CONSTRUÇÕES LTDA – ME dado a inobservância do inciso IV do artigo 1033 do C.C. e item três do instrumento particular de alteração de sociedade empresária limitada, apresentado, em função da saída do sócio, tornando-se unipessoal, por no máximo cento e oitenta dias, registrado na JUCESP em 01/11/2017, conforme carimbo da junta comercial do estado e certidão simplificada, restando dissolvida, continuando, apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda com emissão de 29/07/2018, certidão de débitos trabalhistas vencida em 06/12/2018, ficha cadastral da JUCESP de junho de 2108, não apresentou prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, realizada as devidas diligências e comprovado regularidade no CNPJ, cadastro de contribuinte municipal, certidão negativa de débitos trabalhistas e ficha cadastral completa da JUCESP, no entanto, posto em análise a carta fiança emitida por RBM Merchand Bank, a instituição figura como inapta na situação cadastral do cadastro nacional da pessoa jurídica por motivo de omissão de declarações, não consta na base de dados do cadastro de contribuinte mobiliário da PMSP e na consulta no sistema do Banco Central do Brasil, por nome ou CNPJ. Posto isso, o presidente determinou, para o conhecimento dos eventuais interessados, a divulgação integral desta deliberação na página oficial do SEMAE na Internet (www.semaepiracicaba.sp.gov.br) e a publicação no Diário Oficial do Município, cuja data será tomada como base para recurso administrativo. Não havendo interposição de recurso, fica marcada a abertura do envelope n.º 2 – “Proposta Comercial” das empresas habilitadas para o **dia 25 de janeiro de 2019, às 9h**, na Sala de Licitações do SEMAE. Em nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada pelos membros desta Comissão.

Helen Takara
Membro da Comissão

Douglas Sarti Toledo
Presidente da Comissão

Suzana Maria de Oliveira
Membro da Comissão